



## **CIDADES E AFETOS: COMO GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE REDEFINEM AS EXPERIÊNCIAS ESPACIAIS DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS**

Rayla de Lima Tavares<sup>1</sup>  
Maria das Graças Silva Nascimento Silva<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O artigo analisa como as estruturas de gênero, raça, classe e sexualidade configuram as experiências espaciais de mulheres lésbicas e bissexuais na Amazônia brasileira. A partir de uma abordagem qualitativa e de revisão bibliográfica, fundamentada nas Geografias Feministas, discute-se como o medo, as afetividades e as práticas cotidianas produzem territorialidades marcadas por insegurança e resistência. A análise evidencia que as dinâmicas urbanas amazônicas são atravessadas por relações de poder que moldam o corpo, o espaço e as formas de vivência, revelando desigualdades e estratégias de (re)existência diante de contextos sociais conservadores e da precariedade de políticas públicas. Conclui-se que as experiências dessas mulheres expressam novas geografias do corpo e da afetividade, nas quais o espaço é compreendido como dimensão política e relacional, permeada por afetos, memórias e práticas de resistência.

**Palavras-chave:** Gênero, Sexualidade, Corpo-território, Amazônia.

### **RESUMEN**

El artículo analiza cómo las estructuras de género, raza, clase y sexualidad configuran las experiencias espaciales de mujeres lesbianas y bisexuales en la Amazonía brasileña. A partir de un enfoque cualitativo y de revisión bibliográfica, fundamentado en las Geografías Feministas, se discute cómo el miedo, las afectividades y las prácticas cotidianas producen territorialidades marcadas por la inseguridad y la resistencia. El análisis muestra que las dinámicas urbanas amazónicas están atravesadas por relaciones de poder que moldean el cuerpo, el espacio y las formas de vida, revelando desigualdades y estrategias de (re)existencia frente a contextos sociales conservadores y a la precariedad de las políticas públicas. Se concluye que las experiencias de estas mujeres expresan nuevas geografías del cuerpo y de la afectividad, en las cuales el espacio se comprende como una dimensión política y relacional, permeada por afectos, memorias y prácticas de resistencia.

**Palabras clave:** Género, Sexualidad, cuerpo-territorio, Amazonía.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia- UNIR, [detavaresraila@gmail.com](mailto:detavaresraila@gmail.com);

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora em Geografia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, [mgsnsilva@unir.br](mailto:mgsnsilva@unir.br).



## INTRODUÇÃO

Os estudos das chamadas Geografias de gênero ou feministas, evidenciam em suas análises as desigualdades sociais e territoriais entre homens e mulheres, considerando o gênero como um marcador social estruturante das espacialidades (Santos, Chaves e Sardinha, 2024). Isso significa dizer que compreender as espacialidades por meio da corporeidade também faz parte da análise geográfica, pois a vivência dos corpos é travessada por dimensões como sexualidade, etnia e classe social, compondo experiências concretas de existências e resistência.

Entretanto, tradicionalmente a produção científica na Geografia silenciou expressões espaciais e saberes que envolvem a corporeidade, as emoções e as experiências dissidentes, na prerrogativa de uma ciência neutra e racional. Esse processo resultou na naturalização de discursos hegemônicos na Geografia, de modo que o fazer científico que busca promover visibilidade aos corpos invisibilizados na Geografia deve partir do princípio que a invisibilidade não surge de uma casualidade, mas de uma prática cristalizada, que se reproduz enquanto relação de poder, utilizando teorias e metodologias para se perpetuar (Silva; Ornat, 2020).

Apesar dos avanços teóricos, ainda há questionamentos, tanto na academia quanto no campo político, sobre a validade científica das análises de gênero e sexualidade, especialmente no que se refere aos direitos da população LGBTQI+ (Santos, Chaves e Sardinha, 2024). Estudos como o de Spizzirri et al (2022) evidenciam que essas populações enfrentam níveis elevados de violência e exclusão, o que impacta seu direito à cidade e sua relação com o espaço urbano

No caso de mulheres lésbicas e bissexuais, as experiências homoafetivas se dão em contextos urbanos marcados por múltiplas camadas de violência e insegurança, onde o medo atua como elemento estruturador das práticas espaciais e das territorialidades. Na Amazônia brasileira, essas dinâmicas se intensificam diante de fatores como a desigualdade socioeconômica, a precariedade dos serviços públicos e a persistência de valores conservadores.

Assim, refletir sobre as experiências espaciais de mulheres lésbicas e bissexuais na Amazônia é também evidenciar as territorialidades do medo, as práticas de autoproteção e as estratégias de resistência que conformam novas geografias do corpo e da afetividade.

O que torna pertinente, a incorporação de temáticas como construção social de gênero e sexualidades, bem como as relações de poder intrínsecas a estas, é um processo de constante tensionamento na Geografia. De modo que, ao utilizar a performatividade de gênero enquanto



representação social, evidencia-se por meio da Geografia a importância do espaço e tempo nas análises da vivência e da realidade concreta, além das possibilidades de “subversão da própria ordem compulsória de gênero da sociedade heteronormativa” (Santos, Chaves e Sardinha, 2024, p.150).

Assim, este artigo propõe analisar de que modo as estruturas relacionais de gênero, raça, classe e sexualidade atravessam e configuram distintas experiências de espacialização urbana, com ênfase às vivências de mulheres lésbicas e bissexuais amazônidas. A partir da problematização das dinâmicas de insegurança e das territorialidades do medo, busca-se evidenciar as articulações entre afetividade, medo e produção do espaço, considerando a espacialidade enquanto dimensão constituída por relações de poder, práticas cotidianas e regimes de afetos.

## **METODOLOGIA**

De abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica com o objetivo de analisar como as estruturas relacionais de gênero, raça, classe e sexualidade configuram as experiências de espacialização urbana, focando nas vivências de mulheres lésbicas e bissexuais da Amazônia. A pesquisa será desenvolvida a partir de uma revisão da literatura de autores das Geografias Feministas, trabalhos de dissertação e tese dos programas de pós-graduação em geografia de autores da Amazônia e região norte, também com base em autoras /autores que discutem sobre direito a cidade em contextos urbanos, produção do espaço, performance e relações de poder. Além disso, será utilizada o conceito de interseccionalidade para entender como as identidades de gênero, sexualidade, raça e classe se inter-relacionam nas experiências urbanas dessas mulheres.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Na ciência geográfica, assim como na sociedade, as relações são perpassadas por relações de poder, no qual compreendemos como territorialidades. Essas territorialidades, evocam a legitimidade do masculino, entretanto, existe um movimento e tensionamento contra a hegemonia que se estabelece para criar fissuras e nessas fissuras surgem espaços para os estudos de mulheres e outras temáticas que não aquelas hegemônicas.



O avanço das geografias feministas<sup>3</sup>, ocorreu em múltiplos contextos do globo, revelando que em países como Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, Austrália se tornaram centros mais consolidados no campo da geografia feminista, enquanto que França, Bélgica, leste da Ásia, leste da Europa e América Latina o desenvolvimento das geografias feministas estavam em menor número. O que demonstra um recorte socio-racial, geopolítico, haja vista as conquistas de mulheres brancas de grandes universidades.

Além disso, o termo Geografias Feministas também é explicado por Silva (2010), por evidenciar as pesquisas que caminham pelos mais diversos campos epistemológicos da geografia, ou seja, propõe várias geografias dentro da chamada “geografia feminista”. Neste sentido, de acordo com a autora supracitada, as geografias feministas caminham pelos mais diversos trabalhos positivistas, marxistas, fenomenológicos, dentre outros, e quando é substituído pelo plural, é evidenciado a diversidade ideológica e científica onde esse campo epistemológico está consolidado.

A abordagem feminista relacionando o conceito de gênero, enquanto construção social que estabelece os papéis e as performances a ser executada por homens e mulheres em espaços e escalas, possibilitou diversas análises geográficas. As áreas da geografia que foram solo férteis da produção de geografias feministas foram: geografia urbana, geografia econômica e geografia política (Silva, 2009).

Nesse sentido, o conceito de performance ou atos performativos, desenvolvido por Judith Butler (2018, p. 2), refere-se “à maneira cotidiana pela qual agentes sociais constituem a realidade social por meio da linguagem, dos gestos e de todo tipo de signo social simbólico”. A autora argumenta que o gênero não é uma identidade estável pela qual se executam diferentes atos, mas uma identidade que se constitui no tempo, por meio da repetição de práticas que atravessam o corpo. Assim, o conceito de gênero ultrapassa a noção de um modelo fixo ou estático, exigindo compreender a temporalidade e as condições sociais nas quais essas identidades se formam.

A partir dessa perspectiva, as geografias feministas ampliaram as discussões sobre a construção social do gênero e da sexualidade, contribuindo para o avanço teórico e metodológico da disciplina. Contudo, permanecem desafios no enfrentamento de discursos universalistas e hegemônicos que ainda orientam parte da produção geográfica. A incorporação

---

<sup>3</sup> O termo refere-se a produções geográficas que surgem com o objetivo de contestar as ideias fundamentalistas de universalidade do saber geográfico, por meio da reivindicação de novas produções científicas que propiciassem a visibilidade de grupos sociais marginalizados pelo conhecimento hegemônico (Silva, 2009).



de diferentes experiências e epistemologias tem tensionado esses referenciais, abrindo espaço para pensar o gênero e as sexualidades de forma situada, relacional e interseccional.

Com o fortalecimento de correntes feministas e das lutas etnorraciais, novas abordagens vêm sendo construídas no fazer científico e no pensar geográfico. Essas perspectivas buscam compreender a realidade social como múltipla e complexa, marcada por atravessamentos de poder que produzem desigualdades e invisibilidades. As experiências espaciais, nesse contexto, variam entre os sujeitos sociais e revelam estruturas que frequentemente passam despercebidas a outros grupos, naturalizando preconceitos e reforçando estereótipos. Racismo, machismo e homofobia, entre outras formas de opressão, sustentam a manutenção do poder de determinados grupos e a ampliação das lógicas de dominação capitalista.

Como destacam Alves e Duarte (2022), a LGBTQIA+fobia se manifesta de forma espacializada, expressando um conjunto de violências que afetam a vida cotidiana e a circulação da população dissidente. Tais violências não ocorrem de maneira isolada, mas resultam de práticas discursivas e institucionais que reproduzem a cisgeneridade e a heterossexualidade como normas sociais. Desse modo, os corpos que não se enquadram nessas referências ficam à mercê de ações violentas e, dependendo do “nível” de transgressão, podem ser desapropriados de seu status de sujeito, tornando-se passíveis de exclusão (Alves; Duarte, 2022, p. 282).

Essa compreensão aproxima-se da noção de corpo-território, proposta por Oliveira e Aruzzo (2023), que articulam feminismos comunitários e geografias do corpo. As autoras compreendem o corpo como uma “integralidade inseparável com o pensamento e o sentimento”, no qual o pensamento é o primeiro campo de ação política das mulheres, em diálogo com os elementos espaço, tempo, movimento e memória (Oliveira; Aruzzo, 2023, p. 124). De forma complementar, Zaragocin e Carretta (2021, p. 2) definem corpo-território como “a relação ontológica inseparável entre corpo e território”, em que “o que é vivenciado pelo corpo é simultaneamente vivenciado pelo território numa relação de codependência”. Assim, o corpo-território constitui elemento central da análise feminista do espaço e do território na América Latina.

O que corrobora também aos movimentos de romper os silêncios trazendo o debate, a partir da década de 1960, sobre sexualidades promovidos por movimentos feministas e gays. Esses movimentos introduziram no campo científico e político a discussão sobre as relações afetivo-sexuais e as trocas homoafetivas em espaços públicos, ressignificando o papel da sexualidade nas práticas espaciais. Conforme Anjos (2000), a sexualidade deve ser entendida como um fenômeno social, tanto em sua dimensão comportamental quanto na constituição da identidade sexual.



Para Inácio (2002), a sexualidade, enquanto norma social, carrega a heterossexualidade como padrão, organizando homens e mulheres de acordo com uma suposta “natureza”. Qualquer desvio em relação a essa normatividade é designado como homossexualidade, categoria à qual se associam preconceitos e processos de exclusão social, que buscam silenciar expressões dissidentes da chamada “norma heterossexual”.

As pessoas que integram sexualidades dissidentes enfrentam três mecanismos centrais de opressão: o preconceito, o estereótipo e o estigma. Esses elementos sustentam práticas de violência e medo contra a comunidade LGBTQIAPN+. O preconceito emerge da construção da imagem do outro pela negação de suas características próprias, reafirmando a identidade heterossexual como superior. O estereótipo, por sua vez, decorre do imaginário social que generaliza atributos a todos os indivíduos de um grupo, ignorando suas diferenças internas (Nunan, 2015). Ambos reforçam a visão do grupo dominante. Já o estigma, como explica Goffman (2004), refere-se a traços que depreciam a identidade social de uma pessoa, levando-a a ser percebida como inferior. A combinação desses fatores consolida a homofobia, entendida como um conjunto de ações violentas que vão de insultos e piadas a agressões físicas e assassinatos (Nunan, 2015).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A violência direcionada a mulheres lésbicas e bissexuais na Amazônia brasileira constitui um vetor central na conformação das experiências espaciais marcadas pelo medo e pela insegurança cotidiana. Embora os dados nacionais forneçam um panorama quantitativo, as particularidades regionais da Amazônia, marcada por baixos índices de cobertura de serviços públicos, grandes distâncias urbanas-rurais e desigualdades socioeconômicas, ampliam a vulnerabilidade dessas mulheres e a complexidade das territorialidades do medo.

De acordo com o Instituto Polis (2024), entre 2015 e 2022, os registros de violência contra mulheres lésbicas no Brasil cresceram 50%, e, no mesmo período, as notificações envolvendo mulheres bissexuais aumentaram de 326 para 2.150 casos. Ainda que os estados da Amazônia Legal não concentrem o maior número de denúncias, o sub-registro e a limitada acessibilidade aos canais de denúncia indicam que a violência real provavelmente é subestimada nessa região. Tal invisibilidade evidencia a interseção de gênero, sexualidade e territorialidade na produção de espaços urbanos inseguros para mulheres lésbicas e bissexuais (Polis, 2024). Resultados semelhantes são observados no LesboCenso Nacional (Agência Cenarium, 2024), segundo o qual 78,61% das mulheres lésbicas afirmaram ter sido vítimas de



lesbofobia entre 2021 e 2022, revelando a persistência de práticas discriminatórias e de violências simbólicas e físicas em diferentes contextos territoriais.

O Boletim Epidemiológico Especial – Saúde da Mulher Brasileira (Ministério da Saúde, 2023) mostra que, entre as notificações de violência interpessoal registradas, 80,4% das mulheres lésbicas e 60,2% das mulheres bissexuais sofreram violência física. Na Amazônia, esses números ganham contornos particulares devido à difusão espacial das cidades, à escassez de serviços de proteção e à presença de estruturas de poder locais que reproduzem desigualdades de gênero, sexualidade e raça. Essa combinação de fatores reforça a precariedade da rede de apoio e contribui para o silenciamento das vítimas.

A partir da perspectiva das Geografias Feministas, compreende-se que essas violências não são apenas físicas, mas configuram experiências espaciais e afetivas, moldando a forma como mulheres lésbicas e bissexuais ocupam, percebem e transitam pelos espaços urbanos amazônicos. O medo, entendido enquanto afeto situado e relacional, influencia práticas cotidianas, condiciona deslocamentos e escolhas cotidianas de apropriação do espaço e práticas de autoproteção. Assim, evidenciando que a produção do espaço urbano está intrinsecamente ligada às relações de poder, às práticas de vigilância social e às estruturas históricas de exclusão (Massey, 2008; Rose, 1993).

Nesse contexto, analisar as experiências dessas mulheres implica reconhecer que as desigualdades espaciais e as formas de violência material e simbólica presentes nas cidades amazônicas não são eventos isolados, mas expressões de um sistema de dominação que atravessa corpos, territórios e afetos. As territorialidades do medo e da resistência emergem, portanto, como dimensões fundamentais para compreender a maneira pela qual gênero, sexualidade, classe e raça se entrelaçam na produção e na vivência do espaço urbano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou compreender de que modo as estruturas de gênero, raça, classe e sexualidade atravessam e configuram as experiências espaciais de mulheres lésbicas e bissexuais na Amazônia brasileira. A partir das contribuições das Geografias Feministas, discutiu-se como o medo, as afetividades e as práticas cotidianas produzem territorialidades específicas, nas quais o corpo, o espaço, corpo-território e a resistência se articulam como dimensões interdependentes.

As produções geográficas, assim como outras áreas das ciências sociais e humanas, vêm apontando caminhos para pensar as diferentes geografias das sexualidades e de gênero. Essas abordagens têm contribuído para construir uma ciência mais diversidade epistemológica e



plural, comprometida com a visibilidade de corpos e experiências historicamente marginalizados e com a luta pelos direitos humanos da comunidade LGBTQIAPN+. Nesse sentido, compreender as espacialidades sob a ótica das relações de poder permite evidenciar que o espaço urbano é também produto de práticas sociais que perpetuam ou contestam desigualdades.

A LGBTQIA+fobia, como destacam Alves e Duarte (2022), manifesta-se de forma territorializada, refletindo e reproduzindo normas sociais que privilegiam a cisgeneridade e a heterossexualidade. Tais violências, ainda que se expressem no cotidiano, têm origem em estruturas discursivas e institucionais que regulam os corpos e limitam o direito à cidade. Assim, a espacialização das relações sociais não é neutra nem homogênea, mas atravessada por dinâmicas que produzem corpos e territórios vulnerabilizados de maneira diferencial.

No caso das mulheres lésbicas e bissexuais, as intersecções entre gênero, sexualidade, raça e classe intensificam experiências de exclusão simbólica e material, restringindo o acesso a espaços de convivência, segurança e reconhecimento. Refletir sobre essas experiências implica reconhecer que o espaço urbano não apenas reflete, mas também reproduz relações de opressão, sendo, portanto, um campo de disputa política e simbólica.

Como observa Massey (2008), o espaço é produto e condição das relações sociais, assim compreende-lo como prática social e política permite evidenciar que afetos, medos e resistências estão no cerne das dinâmicas espaciais e constituem elementos fundamentais para a subversão de regimes normativos. Assim, as geografias encarnadas, relacionais e da afetividade emergem como caminhos de reexistência e transformação, reafirmando a potência das experiências dissidentes na produção de novas espacialidades amazônicas.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CENARIUM. **'LesboCenso': pesquisa nacional traz dados de violência contra mulheres lésbicas**. Cenarium, 2024. Disponível em:

<https://agenciacenarium.com.br/lesbocenso-pesquisa-nacional-traz-dados-de-violencia-contramulheres-lesbicas/>.

ALVES, P. M.; DUARTE, T. S. Os territórios do medo e da violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil e Rio Grande do Sul. In: MOREIRA, C. A. G.; TONINI, I. M. (orgs.). **Espacialidades Transgressoras: Gênero e sexualidades na Geografia**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022, 282-305.

ANJOS, G. dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias**, n. 4, p. 274–305, jul. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222000000200011>.



BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Trad. Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de leituras** (Edições Chão da Feira), n. 78, jun.

2018.

Disponível

em:

<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4614631&forceview=1>. Acesso: 10 set. 2024.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert, 4. ed. Rio de Janeiro, 2004. [versão digitalizada]. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma\\_notassobreamani pulacaodaidentidadedeteriorada.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notassobreamani%20pulacaodaidentidadedeteriorada.pdf).

INÁCIO, Emerson da Cruz. Homossexualidade, homoerotismo e homossociabilidade: em torno de três conceitos e um exemplo. In: SANTOS, Rick; GARCIA, Wilton (org.). **A escrita de até: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil**. São Paulo: Xamã: NCC/SUNY, 2002, p. 59-70.

INSTITUTO PÓLIS. Violências contra mulheres lésbicas: perfil dos registros de atendimento no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2015–2022). São Paulo: Instituto Pólis, maio 2024. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2024/05/violencia-contra-mulheres-lesbicas-2024.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço, uma nova Política de espacialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico Especial – Saúde da Mulher Brasileira: uma perspectiva integrada entre vigilância e atenção à saúde**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2023/saude-da-mulher-brasileira-uma-perspectiva-integrada-entre-vigilancia-e-atencao-a-saude-numero-especial-mar.2023>.

NUNAN, A. Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Caravansarai Ltda, 2015.

OLIVEIRA, ANITA LOUREIRO DE; ARRUZZO, R. Geografar com o corpo: percursos teóricos e metodológicos. In: JOSELI MARIA SILVA; MARCIO JOSE ORNAT; ALIDES BAPTISTA CHIMIN JUNIOR. (Org.). **CORPOS& GEOGRAFIA: EXPRESSÕES DE ESPAÇOS ENCARNADOS**. 1ed. 2023, v. 1, p. 116-136.

ROSE, Gillian. **Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

SILVA, J. M. (org.) **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: PR, TodaPalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, v. 1, p. 25-54.



SILVA, Joseli Maria *et al.* A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. **Abordagens Geográficas** – volume 1, número 1, 2010: out.nov., p. 23-41.

SILVA, Joseli M.; ORNAT, Marcio J. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. **Journal of Latin American Geography**, Volume 19, Número 1, p. 163-171, Janeiro, 2020.

SANTOS, A. N.; CHAVES, P. R.; SARDINHA, A. C. DA (RE)EXISTÊNCIA DA GEOGRAFIA FEMINISTA NA AMAZONIA A TEORIA QUEER. **UÁQUIRI - Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/6951>. Acesso em: 10 out 2024.

Spizzirri, G., Eufrásio, R.Á., Abdo, CHN et al. Proporção de adultos ALGBT brasileiros, características sociodemográficas e violência autorrelatada. *Sci Rep* 12, 11176 (2022). <https://doi.org/10.1038/s41598-022-15103-y>. Acesso em: 10 out 2024.

ZARAGOCIN, Sofia.; CARETTA, M. A. Cuerpo-Territorio: Um método geográfico feminista descolonial para o estudo da corporeidade. **Annals of the American Association of Geographers, Taylor & Francis Journals**, vol. 111, Jul, 202.